



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

### APRESENTAÇÃO

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES luta há mais de 40 anos pelos interesses e direitos dos mais de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, entre agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais.

No Estado do Espírito Santo, a FETAES é a maior entidade sindical, possuindo em seu quadro social 54 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de Assalariados (as) filiados, com suas respectivas extensões de base, totalizando uma média de 98% de abrangência e representação no Território Capixaba.

Na última década, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais - MSTTR, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, das Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGs e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, tem se empenhado em reforçar a luta pela implementação de políticas baseadas em propostas elaboradas pelos (as) próprios (as) trabalhadores (as) rurais, deixando de ser meramente reivindicatório para assumir um lado de proposição e de intervenção mais direta na sociedade.

É por isso que a FETAES e as demais entidades do MSTTR são organizadas internamente em Secretarias responsáveis por áreas essenciais para a categoria e para a sociedade em geral, como exemplo: reforma agrária, Crédito fundiário, habitação rural, educação do campo, crédito rural, formação de lideranças, defesa e ampliação dos direitos trabalhistas para os assalariados e assalariadas rurais, associativismo e cooperativismo, comercialização, sindicalização, arrecadação, organização de jovens, mulheres e da terceira idade, previdência social, dentre outras áreas.

Nesse sentido, o MSTTR vem implementando e consolidando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS com o objetivo de fortalecer e valorizar, ainda mais, a categoria através de políticas que busquem a agregação de valor aos produtos agrícolas, condições mais dignas de vida e trabalho e, conseqüentemente, promover a permanência no campo com sustentabilidade e qualidade de vida.

A organização e a inclusão das mulheres, da juventude e da terceira idade tornam as ações do MSTTR mais democráticas e participativas, sendo essenciais para a garantia de políticas para o meio rural.

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

### POLÍTICA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem em seus objetivos, responsabilidade de garantir a organização das cadeias produtivas, do sistema próprio de associativismo, cooperativismo e crédito, buscando formas de comercialização coletiva, de melhoria na sustentabilidade das propriedades para garantir uma melhor qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais, visando sempre o fortalecimento da agricultura familiar.

A manutenção dos recursos naturais, seja pela educação ambiental ou pela busca de novas alternativas para uma produção limpa e saudável é outra tarefa que detêm a necessidade de participação ativa nas formas de organização e representação nas políticas do Estado como: conselhos/colegiados, câmaras técnicas, grupos de trabalho, territórios rurais, comissões, reuniões entre outras. Assim propomos:

#### 1. Organização das cadeias produtivas

1.1. Criar mecanismos para promover e divulgar através de todos os veículos de comunicação, o processo de diversificação das culturas e criações na agricultura familiar, reforçando assim as cadeias produtivas e tornando-as elementos de promoção econômica e social, garantindo assim maior auto-estima do(a) agricultor(a) familiar;

1.2. Garantir subsídios para a produção da agricultura familiar, no sentido de apoiar projetos de pequeno porte para produção de alimentos, principalmente para comunidades de baixa renda e assentamentos rurais;

1.3. Rever a metodologia de compra para o abastecimento das redes de ensino e saúde (estadual e municipal) a fim de garantir a aquisição prioritária dos produtos da agricultura familiar;

1.4. Conceder redução de taxa tributária para que possa ser garantido preço justo para a produção da agricultura familiar, principalmente para o café e os insumos;

1.5. Criar espaços específicos e estratégicos de comercialização direta para a agricultura familiar, garantindo a participação ativa dos agricultores através de suas organizações, no processo de gestão dos mesmos e que estes espaços sejam regionais e/ou microrregionais para atenderem às demandas de comercialização dos produtos da agricultura familiar do estado;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1.6. Qualificar os profissionais de ATER para atenderem com exclusividade a agricultura familiar, garantindo, a participação dos(as) agricultores(as) na construção do planejamento anual do Incaper;

1.7. Disponibilizar 20 profissionais de ATER para os Sindicatos dos Trabalhadores(as) Rurais a fim de realizarem, dentro dos princípios da Política de ATER Estadual, assessoramento técnico aos trabalhadores e trabalhadoras rurais;

1.8. Propiciar que os recursos do Pronaf Capixaba sejam aplicados em ações e projetos que garantam, de fato, a sustentabilidade da agricultura familiar;

1.9. Garantir, no orçamento do estado, recursos para a realização anual da Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo (FEAFES) e inseri-la no calendário de eventos do estado;

1.10. Garantir recursos para a participação anual na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (FENAFRA);

1.11. Através da Unidade Técnica Estadual (UTE), criar Rede de Apoio com objetivo de definir critérios para a contratação e indicação de profissionais, tanto na elaboração e análise de projetos, como no assessoramento técnico aos Programas de acesso à terra (Banco da Terra e PNCF);

1.12. Criar linha estadual de crédito específica para atender os agricultores que não se enquadram nas existentes, até junho de 2009;

1.13. Maior valorização do Sistema de Crédito Rural e Desenvolvimento Solidário do Espírito Santo (Credsol – ES), no sentido de contribuir para a difusão e a consolidação deste sistema no estado, através de aporte de recursos financeiros;

1.14. Garantir recursos financeiros para a consolidação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Espírito Santo (Unicafes - ES);

1.15. Que o Governo do Estado, juntamente com a Conab - ES propicie maior divulgação junto aos agricultores familiares dos programas sociais oferecidos em âmbito federal e estadual;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1.16. Interceder junto ao Governo Federal (MAPA) para que seja revisto o zoneamento agrícola existente, a fim de que possam ser incluídas culturas ainda não zoneadas para o estado, principalmente com o café e oleaginosas;

### 2. Territórios Rurais

2.1. Garantir disponibilidade de dois profissionais de ATER (Seag, Incaper, Idaf) por território rural, para auxiliar no planejamento da gestão dos empreendimentos territoriais já implantados e na elaboração de novos projetos;

2.2. Maior aproximação e entendimento da Política de Territórios Rurais e de Cidadania por parte do Governo Estadual e Municipal através de suas instâncias governamentais, para que haja maior integração entre as políticas estaduais e federais;

2.3. Interceder, junto ao Governo Federal, através do MDA/SDT, para que haja maior agilidade do processo de aprovação de novos Territórios de Cidadania no Espírito Santo;

2.4. Disponibilizar recursos financeiros e humanos nas diversas secretarias, para atender as demandas dos agricultores familiares nos Territórios Rurais, sendo assim, parceiro da política territorial;

2.5. Interceder, junto ao Governo Federal (MDA), para que haja a ampliação e a qualificação do corpo técnico da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (DFDA-ES), bem como estrutura física específica, garantindo maior reconhecimento e valorização das cooperativas, associações e MSTTR-ES, levando em consideração suas representatividades em âmbito estadual e proporcionando igualdade de condições com outras organizações existentes;

### 3. Meio Ambiente

3.1. Criar na Seag, até setembro de 2008, uma comissão técnica para analisar e agilizar os processos de liberação de Outorga (com reserva de água para a Agricultura Familiar) e licenciamento de barragens;

3.2. Garantir, através dos órgãos competentes, maior fiscalização e vistorias constantes nos locais de extração de granito e areia;

3.3. Apoiar técnica e financeiramente os projetos referentes aos processos de Educação Ambiental propostos pelas organizações não governamentais;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

3.4. Garantir a participação efetiva dos agricultores familiares no programa que beneficia os produtores de água;

3.5. Aprovar projetos que beneficiem os(as) agricultores(as) familiares e assentados(as) que preservem os recursos naturais existentes, assim como nos casos de florestamentos e reflorestamentos adequados;

3.6. Efetivar pesquisas específicas sobre novas espécies florestais que se adaptem às nossas regiões e que ofereçam oportunidade de renda, revitalização e conservação do meio ambiente;

3.7. Que o governo estadual divulgue e incentive o cultivo agroflorestal;

3.8. Aproveitar os conselhos já constituídos para análise, pareceres e definições referentes às questões ambientais;

3.9. Garantir espaços adequados e recursos materiais e financeiros para a implementação de Feiras Agroecológicas na Grande Vitória e em cidades estratégicas do estado (regiões de maior demanda de consumo), garantindo à população urbana o consumo de produtos saudáveis e aos agricultores(as) familiares a geração de renda que garanta maior qualidade de vida no campo;

### 4. POLÍTICA AGRÁRIA

A FETAES juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, desde seu surgimento na sociedade capixaba vem buscando alternativas de acesso à terra para os agricultores através das desapropriações feitas pelo Incra, regularização de terras devolutas estaduais para o assentamento de trabalhadores rurais, organização de agricultores para terem acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. Diante disso propomos:

4.1 Implantar um projeto de capacitação específico para os(as) beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para uma inserção qualificada nos processos de desenvolvimento local, como: capacitação inicial de todas as etapas do projeto, organização da produção, legislação ambiental, crédito rural, dentre outros;

4.2 Que o Incra e o Governo Estadual promovam um diálogo direto com a Justiça Federal, e que ainda no ano de 2008, discutam procedimentos unificados no estado para os casos de conflitos coletivos no campo, bem como estratégias para acelerar o julgamento dos processos referente às desapropriações para fins de Reforma Agrária e aos crimes ambientais;

4.3 Que o Governo do Estado do Espírito Santo faça intermediação com a Justiça Federal para a criação de Varas Agrárias no Estado do Espírito Santo

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

como já existe em outros estados. Ex: Minas Gerais, para maior agilidade nos processos desapropriatórios que se encontram tramitando na Justiça Federal;

4.4 Que a Secretaria de Agricultura crie um “Crédito Instalação para os beneficiários do PNCF” (Fomento no valor de R\$ 3.000,00), (Crédito Habitação), (garantia do Luz para Todos) para cada beneficiário(a);

4.5 Garantir o PNCF como política pública complementar à reforma agrária em todo o estado, melhorando e adequando as suas condições para o atendimento às especificidades regionais;

4.6 Criação de um Grupo de Trabalho, com representantes da FETAES e da Procuradoria Jurídica do Incra, para acompanhamento das ações relativas aos processos de desapropriação para fins de reforma agrária;

4.7 Que a UTE/Idaf proceda as vistorias dos imóveis pretensos para aquisição através do PNCF quando os projetos forem protocolados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), tornando assim um processo com maior agilidade para contratação das propostas de financiamento tendo menos burocracia nos trâmites do projeto;

4.8 Que o Idaf, juntamente com o Incra, crie mecanismos para a arrecadação das terras devolutas estaduais acima de 100 hectares, conforme a lei, para fins de reforma agrária;

4.9 Regularizar, prioritariamente, três mil posses de terras devolutas em poder de agricultores familiares, até o final do ano de 2010;

4.10 Que o Governo do Estado promova ações concretas para legalização das propriedades rurais, subsidiando as despesas cartorárias e topográficas, nos casos em que os posseiros não tenham condições financeiras para tal, facilitando assim aos agricultores o acesso direto às políticas públicas;

### 5 ASSALARIADOS RURAIS

O MSTTR luta e defende os direitos dos(as) assalariados(as) rurais, tais como combate ao trabalho infantil e escravo, cumprimento de direitos trabalhistas, como a assinatura de Carteira de Trabalho, abertura de ação judicial em prol de direitos não pagos, geração de emprego e renda, acordo coletivo e convenções coletivas de trabalho, para que haja melhor cumprimento da lei e relações trabalhistas entre empregado e empregador. E para reforçar esta luta solicitamos:

5.1 Que o Governo do Estado garanta recursos para divulgação de uma campanha estadual através de seminários regionais para as lideranças e trabalhadores(as) rurais, esclarecendo sobre direitos e deveres e elaboração de cartilha com noções básicas sobre os direitos e deveres do(a) assalariado(a) rural;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

5.2 Garantia de maior fiscalização por parte da DRT nas propriedades rurais, e que a fiscalização seja constante e não somente em períodos de safra;

5.3 Que o Governo do Estado subsidie a execução do Consórcio Social da Juventude Rural, contemplando todas as regiões do Espírito Santo;

### POLÍTICAS SOCIAIS

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem como finalidade não só divulgar orientações sobre direitos previdenciários aos Sindicatos e aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas também, lutar pela efetivação e aplicação das garantias estabelecidas na Constituição Federal no que se refere à Seguridade Social. Também promover uma melhor capacitação dos dirigentes sindicais rurais no sentido de que os mesmos possam ter uma participação efetiva e qualificada nos Conselhos Municipais de Saúde e de Educação, e em outros fóruns ou espaços de discussão coletiva dessas matérias.

Neste sentido, tem atuado junto aos órgãos públicos para manter um canal direto de diálogo, reivindicações e propostas, de modo que o Governo, ao formular as políticas dessas áreas, tenha como referência e subsídio as necessidades, sugestões e reivindicações das organizações de trabalhadores rurais.

#### 6. Previdência Social

6.1. Que a declaração fornecida pelo Incra aos filhos casados de assentados (que constituem um novo grupo familiar e não podem utilizar contrato) seja considerada indício de prova material para a Previdência Social;

6.2. Que a declaração de atividade rural, fornecida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, seja considerada indício de prova material para a Previdência Social;

6.3. Que seja revisto o entendimento em todas as agências do INSS para o reconhecimento dos filhos de agricultores que estudam em Escolas Família Agrícola, para que possam ser assegurados pela Previdência Social;

#### 7. Assistência Social

7.1 Que o Governo do Estado, juntamente com os Governos Municipais, intervenha junto aos órgãos competentes para que se garanta 03 (três) vagas gratuitas, por veículo, em cada linha intermunicipal para idosos com renda até

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

02 (dois) salários mínimos. Além do desconto mínimo de 50% no valor das passagens caso as vagas gratuitas já estejam ocupadas;

7.2 O MSTTR há algum tempo vem lutando pela garantia de políticas de proteção à criança e ao adolescente do campo. A sociedade brasileira vem, desde 1992, clamando por uma política governamental voltada para a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao(à) adolescente rural, bem como por medidas efetivas para a sua prevenção. Durante todo esse período, o MSTTR tem participado efetivamente da sensibilização, mobilização e formulação de políticas voltadas para a erradicação do trabalho infantil e proteção ao(à) adolescente. Neste sentido, solicitamos que o Governo do Estado mobilize e intervenha junto aos municípios para que o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) possa atender efetivamente as crianças do meio rural, com atividades específicas relacionadas ao campo, garantindo a auto-estima e a valorização do meio em que vivem;

7.3 Rever a metodologia de compra das cestas básicas doadas pela Secretaria de Ação Social para famílias carentes dos municípios, a fim de garantir a aquisição prioritária dos produtos da agricultura familiar;

7.4 Que o Governo do Estado agilize o processo de emissão de Carteira de Identidade on line, para que possibilite sua confecção, inclusive através dos Mutirões de Cidadania.

7.5 Criar a Secretaria Especial da Mulher em âmbito estadual, com estrutura física, humana e financeira capaz de garantir o desenvolvimento socioeconômico e cultural e a organização das mulheres, através da promoção de seminários/oficinas/palestras/capacitações que sejam instrumentos para o planejamento familiar, a geração de renda, a valorização do trabalho feminino, o resgate da auto-estima e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida;

### 8 Habitação Rural

8.1 Criar um programa com normas, regulamentos, recursos e garantias específicas para a habitação do campo, atendendo assim famílias de baixa renda da zona rural do Estado do Espírito Santo;

8.2 Criação de uma linha de crédito estadual financiável para a reforma de habitações no meio rural;

8.3 Criação de linha de crédito estadual financiável para a construção de unidades habitacionais no meio rural;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

8.4 Garantia de manutenção da contrapartida do Governo do Estado para o MSTTR no programa de Habitação Rural do Governo Federal;

### 9. Educação do Campo

Para o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais a educação escolar deve motivar o educando para: 1. despertar para o saber; 2. despertar para o querer; 3. motivá-los a conseguirem o que necessitam. Deveria também considerar a realidade de cada educando, respeitando a cultura local a partir de métodos participativos em contraposição ao método antigo – autoritário e rígido.

Percebemos a importância do envolvimento do meio em que vive o aluno para o aprendizado. Diante disso solicitamos:

9.1 Que o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e outros órgãos competentes, promova capacitação de professores do ensino básico para trabalhar especificamente no meio rural;

9.2 Que o Governo do Estado garanta a manutenção das escolas unidocentes e pluridocentes das comunidades do interior;

9.3 Que o Governo do Estado subsidie seminários para debate com professores e MSTTR - ES sobre educação do campo diferenciada (temas diretamente relacionados à organização rural: produção, comercialização, crédito, previdência social, habitação, saúde, lazer, cultura, saberes do campo, etc.);

9.4 Que o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, garanta a inclusão de matéria específica em educação do campo nas escolas da rede estadual e municipal de ensino da zona rural;

9.5 Que o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, garanta o transporte gratuito aos trabalhadores rurais, com renda até de 2 (dois) salários mínimos, para que possam concluir o ensino superior;

9.6 Que seja garantido assento para o MSTTR - ES no Conselho Estadual de Educação;

9.7 Criar mecanismos de inserção e envolvimento dos pais e mães no processo de educação dos filhos nas Escolas Públicas Rurais, promovendo uma formação integrada entre pais, filhos e educadores construindo uma nova ordem social, política, econômica e cultural através da troca de conhecimentos e da valorização da família e dos seus saberes;

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*



GRITO DA TERRA BRASIL - ES  
28 DE AGOSTO DE 2008

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

9.8 O MSTTR - ES pensando em qualificar a juventude trabalhadora rural para uma maior inserção nos espaços de discussão, tanto nas políticas sindicais quanto nas públicas, construiu um programa de capacitação à distância chamado Jovem Saber, que contempla jovens de 16 a 32 anos. O Programa possui carga horária de 360 horas e encontra-se em versão on line. Para facilitar o acesso, solicitamos a doação de, no mínimo, 02 (dois) computadores para cada Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o propósito de promover a inclusão digital da juventude rural e, conseqüentemente, capacitá-la através desse programa;

9.9 Pleitear junto às Escolas Técnicas Federais uma reserva de vagas para alunos agricultores familiares, através do sistema de cotas. O ensino dos Centros Federais de Educação Tecnológica prima pela qualidade e pela boa capacitação técnica que oferece aos seus alunos. É justo que na tecnologia destinada ao manejo e produção rural, jovens ligados à agricultura familiar tenham prioridade no ensino ofertado. O sistema de cotas, nesse caso, seria a garantia da oferta de um número determinado de vagas para os agricultores familiares;

### 10. Cultura, Esporte e Lazer

10.1 Criar, junto ao Governo do Estado, mecanismo que leve aos municípios espaço de prática de esporte e lazer no meio rural (campo de bocha, quadras poliesportivas, espaços para jogos de dominó, baralho, xadrez, rampas, etc.) e reestruturar os já existentes;

10.2 Que o Governo Estadual incentive a retomada da cultura e dos saberes do meio rural, bem como a criação de espaços para essa prática;

10.3 Que o Governo estadual garanta, anualmente, recursos para a realização do Festival Estadual da Juventude Rural;

### 11. Segurança

11.1 Que o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, designe no mínimo um policial do sexo feminino para as delegacias do estado com tarefa específica de atender e acompanhar as mulheres na lavratura de ocorrências, de inquéritos e, se for o caso, encaminhá-las às instâncias competentes necessárias.

*Agricultura Familiar  
desenvolvendo Terra, Trabalho e Cidadania.*